

Galbraith defende negociação da dívida

RAUL RAMOS
Enviado Especial

Rio — Os países devedores devem continuar pagando o serviço da dívida externa somente se as transferências de recursos implicarem na retomada do fluxo de capital. Se acham essa possibilidade remota, devem promover a renegociação da dívida. A receita é do economista James Kenneth Galbraith, conhecido no Brasil através da série de TV "A Era da Incerteza".

James K. Galbraith defendeu a tese na abertura do seminário "O Desenvolvimento Brasileiro e o Cenário Econômico Internacional". O evento, que se encerra hoje, está sendo promovido pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE) em colaboração com o serviço de divulgação e relações culturais dos Estados Unidos da América (USSIS).

Galbraith apresentou três hipóteses para a solução do problema da dívida externa, particularmente do Brasil. A possibilidade voluntária, disse, dependeria de negociação entre os países devedores e os credores, mas estaria condicionada à cooperação e aprovação dos bancos. A solução gerenciada tomaria por base o chamado Plano Bradley, e sugere a convocação de conferência anual por parte do presidente dos EUA onde devedores e credores buscariam um entendimento. A terceira hipótese, a seu ver mais viável, seria a via espontânea, a partir de decisões to-

madas pelos próprios países devedores.

Ressaltou que em qualquer negociação o devedor está em vantagem. "É ele quem assina os cheques", observou. Lembrou ainda que no contexto internacional não se pode decretar falência do país que eventualmente deixe de saldar seus compromissos financeiros. Acrescentou que diversos países pequenos não estão pagando o serviço da dívida e as retaliações por parte dos credores foram bem menores do que as ameaças.

Galbraith descartou, porém, a formação de cartel dos devedores ou mesmo que um país passe a assumir a liderança para a renegociação da dívida. Disse que respeita a idéia de formação de cartel, mas ressaltou que as negociações devem ser feitas a partir de acordos individuais que levem em conta as condições de cada país.

Para o economista, a declaração da moratória pura e simples não seria a solução ideal. Afirmou que a medida traz resultados incertos e dificulta a obtenção de créditos comerciais. Mas admitiu que, em última instância, não havendo acordo no processo de renegociação da dívida, essa possibilidade pode ocorrer. Galbraith entende, porém, que a melhor solução seria os países devedores enfrentarem os credores, estabelecessem um patamar de negociação a partir do qual não poderiam mais garantir os pagamentos.